CONTRATO Nº 06/2022

TERMO DE CONTRATO CONDRI Nº 06/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO IPANEMA-CONDRI, E A EMPRESA ACQUAPOÇOS PERFURAÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA EIRELI PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O Consórcio Para o Desenvolvimento da Região do, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.080.287/0001-19, com sede na Rua Sebastião Bastos, Bairro Monumento - CEP 57 500-000 – Santana do Ipanema, neste ato, representado pelo seu Diretor Presidente, Ramon Camilo Silva, inscrito no CPF sob o nº 066.422.104-17, e Portador da carteira de identidade nº 2022569.

CONTRATADA: A empresa **ACQUAPOÇOS PERFURAÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA EIRELI**, sediada à Rua José Hermes Damasceno, nº 35, Sala 02, Loteamento Nuporanga, Bairro Sanra Lúcia, Maceió/AL, CEP: 57.082-010, inscrita no CNPJ sob o nº: 04.012.882/0001-66, neste ato representada por seu Diretor, Sr. **WAGNER DOS SANTOS JOVENAL**, inscrito no RG sob o n.º 1.566.969, expedido pela SSP/AL, e CPF/MF sob o n.º 030.817.234-50;

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo 04080011/2021, inclusive Parecer jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços essenciais de operação e manutenção de comboios perfuratrizes, utilizados para a perfuração de poços do tipo tubular profundo para captação de águas subterrâneas, visando o abastecimento de água de comunidades rurais da região do Ipanema, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes.

CNPJ: 08.080.287/0001-19
RuaSebastião Bastos 708 - Bairro Monumento - CEP: 57 500-000
condrialagoas@gmail.com

04.012.882/0001-66, neste ato representada por seu Diretor, Sr. WAGNER DOS SANTOS JOVENAL, inscrito no RG sob o n.º 1.566.969, expedido pela SSP/AL, e CPF/MF sob o n.º 030.817.234-50. Telefone: (82) 3354-2042 / 3354-2232. E-mail: acquapocos.mcz@hotmail.com / wagner@iwagner.com.br.

PLANILHA DE PREÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS EM ROCHA CRISTALINA

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor unitário p/período	Valor Total
1	Deslocamento comboio de perfuração	poço	197	R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais)	R$ 216.700,00 (Duzentos e dezesseis mil e setecentos reais)
2	Acompanhamento técnico (Geólogo)	poço	197	R$ 700,00 (Setecentos reais)	R$ 137.900,00 (Cento e trinta e sete mil e novecentos reais)
3	Operador de sonda	poço	197	R$ 300,00 (Trezentos reais)	R$ 59.100,00 (Cinquenta e nove mil e cem reais)
4	Motorista caminhão sonda	poço	197	R$ 300,00 (Trezentos reais)	R$ 59.100,00 (Cinquenta e nove mil e cem reais)
5	Motorista operador de compressor	poço	197	R$ 300,00 (Trezentos reais)	R$ 59.100,00 (Cinquenta e nove mil e cem reais)
6	Perfuração em 8" rocha decomposta/alterada	m	3152	R$ 279,00 (Duzentos e setenta e nove reais)	R$ 879.408,00 (Oitocentos e setenta e nove mil e quatrocentos e oito reais)
7	Perfuração em rocha cristalina em 6"	m	16.548	R$ 198,50 (Cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos)	R$ 3.284.778,00 (Três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e oito reais)
8	Fornecimento e aplicação de tubo PVC geomecânico diâmetro de 6"	m	3152	R$ 90,00 (Noventa reais)	R$ 283.680,00 (Duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta reais)
9	Limpeza e desenvolvimento e teste de vazão	poço	197	R$ 300,00 (Trezentos reais)	R$ 59.100,00 (Cinquenta e nove mil e cem reais)
10	Analise físico-química da água	poço	197	R$ 180,00 (Cento e	R$ 35.460,00 (Trinta e cinco mil,

				oitenta reais)	quatrocentos e sessenta reais)
11	Fornecimento e aplicação de tubo de aço preto no diâmetro de 8"	m	197	R$ 150,00 (Cento e cinquente reais)	R$ 29.550,00 (Vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta reais)
12	Tampa poço em aço preto em 8"	und	197	R$ 120,00 (Cento e vinte reais)	R$ 23.640,00 (Vinte e três mil, seiscentos e quarenta reais)
13	Instalação de base do poço em concreto para proteção (1m x 1m x 0,15m)	poço	197	R$ 430,00 (Quatrocentos e trinta reais)	R$ 84.710,00 (Oitenta e quatro mil, setecentos e dez reais)
14	Fornecimento e instalação de caixa d'água de 5.000 litros em fibra de vidro com tampa.	poço	197	R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)	R$ 472.800,00 (Quatrocentos e setenta e dois mil e oitocentos reais)
15	Fornecimento, instalação e transporte com equipamento munck de tubos de concreto com as seguintes especificações: Diâmetro interno 2000mm; Comp. Útil 1000mm; Comp. total 1100mm; Esps. 100mm; Tampa anelar com diâmetro 2200mm e espessura de 100mm; Peso Ca1KG 2650.	poço	197	R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)	R$ 788.000,00 (Setecentos e oitenta e oito mil reais)
16	Cal hidratada de pintura branca c/ fixador em embalagem de 5 KG	poço	197	R$ 5,00 (Cinco reais)	R$ 985,00 (Novecentos e oitenta e cinco reais)
17	Fornecimento de tubo de PVC soldável com 6 (seis) metros, sem conexões 32mm	un	788	R$ 38,00 (Trinta e oito reais)	R$ 29.944,00 (Vinte e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais)
18	Fornecimento de adaptador pvc soldável com flanges livres para caixa d'água 32mmx1"	und	394	R$ 8,00 (Oito reais)	R$ 3.152,00 (Três mil, cento e cinquenta e dois reais)
19	Fornecimento de adaptador pvc soldável com flanges livres para caixa d'água de 1/2" ou 3/4"	und	394	R$ 10,00 (Dez reais)	R$ 3.940,00 (Três mil, novecentos e quarenta reais)
20	Fornecimento de joelho PVC soldável 90° água fria	und	985	R$ 3,79 (Três reais e setenta e nove	R$ 3.733,15 (Três mil, setecentos e trinta e três reais e quinze centavos)

				centavos)	
21	Adaptador com redução de 1"/32mm	und	197	R$ 3,00 (Três reais)	R$ 591,00 (Quinhentos e noventa e um reais)
22	Torneira 1/2" ou 3/4" para tanque, padrão popular	und	394	R$ 10,00 (Dez reais)	R$ 3.940,00 (Três mil, novecentos e quarenta reais)
23	Fornecimento e instalação de bomba submersa, com vazão 2 a 2,5 m³/h com altura de 82 a 90 MCA	und	197	R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais)	R$ 354.600,00 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos reais)
24	Fornecimento e instalação de painel de controle e comando para motor de até 1 CV – 220V Monofásico	und	197	R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais)	R$ 88.650,00 (Oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais)
25	Cabo PP flex 3x2,5	metro	23.640	R$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos)	R$ 82.740,00 (Oitenta e dois mil, setecentos e quarenta reais)
26	Tubo de 6 metros rosqueável rígido 1"	und	2.955	R$ 17,50 (Dezessete reais e cinquenta centavos)	R$ 51.712,00 (Cinquenta e um mil e setecentos e doze reais, cinquenta centavos)
27	Luva galvanizada de 1"	und	2.955	R$ 10,00 (Dez reais)	R$ 29.440,00 (Vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta reais)
28	Curva macho/fêmea galvanizada de 1"	und	197	R$ 24,31 (Vinte e quatro reais e trinta e um centavos)	R$ 4.789,07 (Quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais, sete centavos)
29	Registro gaveta de 1"	und	197	R$ 28,24 (Vinte e oito reais e vinte e quatro centavos)	R$ 5.563,28 (Cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos)
30	União PVC de 32mm	und	197	R$ 17,40 (Dezessete reais e quarenta	R$ 3.427,80 (Três mil, quatrocentos e vinte sete reais e oitenta centavos)

				centavos)	
31	Corda nylon trançada de 8mm	metro	19.700	R$ 1,00 (Um real)	R$ 19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais)
32	Poste de concreto, medindo no mínimo 3(três) metros de comprimento com ponta curvada.	Und	197	R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	R$ 31.520,00 (Trinta e um mil, quinhentos e vinte reais)
VALOR TOTAL				R$ 7.191.563,80 (Sete milhões, centos e noventa e um mil e quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos)	

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS			
Item	Descrição	Und	Valor unitário
1	Perfuração em rocha cristalina	m	R$ 366,67 (Trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor estimado do presente Termo de Contrato é de R$ 7.191.563,80 (Sete milhões, centos e noventa e um mil e quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos)

3.1.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação

orçamentária própria, prevista no orçamento do CONDRI para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

ÓRGÃO: 01	CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO IPANEMA – CONDRI
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 01.0001.08.244.0002.2002	PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ACESSO A ÁGUA
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. Não produziu os resultados acordados;

5.6.2. Deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

5.8.1. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência e na proposta.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Execução.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais

representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e na proposta.

8.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

8.4.1. Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;

8.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

8.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

8.4.6. A satisfação da Administração usuária.

8.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9. A fiscalização de que trata essa cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei 8.666 de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

9.2. São obrigações da Contratada:

9.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.2.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.2.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.2.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.2.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.2.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta;

10.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

10.1.8. Obtiver vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

10.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.8. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à Contratada:

12.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.3. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TECEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Santana do Ipanema/AL.

15.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Santana do Ipanema, em 03 de junho de 2022.

CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO IPANEMA – CONDRI

RAMON CAMILO SILVA

Contratante

ACQUAPOÇOS PERFURAÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA EIRELI

WAGNER DOS SANTOS JOVENAL

Contratada

Testemunha CPF:

Testemunha CPF: